

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ONLINE EM GESTÃO DE COMPRAS PÚBLICAS

1. APRESENTAÇÃO

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gestão de Compras Públicas, ofertado pelo Instituto Habita, estabelece convênio para realização e certificação com o Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância (NUTEAD), em sua atribuição de estabelecer diretrizes e coordenar ações relativas à Educação Aberta e a Distância (EaD) no âmbito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O NUTEAD é um Órgão Suplementar, diretamente vinculado à Reitoria, que fornece suporte para todos os cursos e programas semipresenciais e a distância existentes na UEPG. Criado em 8 de agosto de 2002 (parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEPG nº 052/2002), tem por finalidade democratizar o acesso à educação em todas as suas modalidades e incentivar a comunidade acadêmica a criar e implementar projetos, programas e cursos de graduação, de pós-graduação, de extensão e sequenciais - ministrados nas modalidades semipresencial e a distância, utilizando-se das novas tecnologias de informação e comunicação.

Este núcleo conta com equipes pedagógica, técnica e administrativa, capacitadas para planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar todas as iniciativas de educação aberta e a distância desenvolvidas pela UEPG, bem como dispõe dos equipamentos, auditórios, salas de aulas e laboratórios necessários para o desenvolvimento dessas atividades.

A oferta do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Compras Públicas se estabelece dentro do convênio entre o NUTEAD e o Instituto Habita.

O Instituto Habita é uma empresa voltada ao desenvolvimento de capacitação e ferramentas voltadas à administração pública, atuando também nos segmentos de consultoria, fóruns e congressos. Os produtos e serviços do Instituto são voltados a agentes públicos, agentes políticos e profissionais do setor privado que direta ou indiretamente estão ligados a vários setores da administração pública, contando com um seleto grupo de palestrantes e profissionais com grande experiência.

A introdução do NUTEAD na oferta da Especialização em Gestão de Compras Públicas amplia a carga horária a distância (sendo 480 horas), colocando o curso ainda mais em sintonia com metodologias modernas e convenientes à sociedade contemporânea. O Núcleo disponibiliza o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e suporte para as atividades do curso, bem como acompanhamento e certificação.

2. JUSTIFICATIVA

A Administração Pública convive diariamente com processos que têm como finalidade as compras públicas. O devido processo legal para se efetivar a aquisição de produtos ou serviços, deve seguir um rito jurídico e administrativo que busque sempre a eficiência e a celeridade no processo de contratação.

Os instrumentos envolvidos neste processo devem se basear em estudos e modelos que trouxeram e trazem benefícios reais, tornando-se assim poderosas ferramentas para o desenvolvimento pleno do país.

Diferentemente do setor privado, as compras públicas são realizadas através de uma série de exigências legais, portanto a necessidade de se estudar esse procedimento e aprimorá-lo através do conhecimento é extremamente importante.

O desenvolvimento de um curso de especialização voltado a essa temática foi realizado através de uma análise técnica e conceitual buscando trazer ao aluno um conteúdo único e estratégico para se chegar a eficiência e celeridade nos processos que envolvem essas aquisições.

A realização desta especialização se justifica no impacto que as compras públicas têm no dia a dia da sociedade, sendo tanto no meio econômico, social e político. Esse aperfeiçoamento da gestão de compras públicas envolve uma estrutura organizacional eficiente, conhecimento técnico e prático da legislação, controle financeiro, governança, atuação do mercado fornecedor, entre outros. Essa capacitação traz uma oportunidade de melhoria a esse setor que será entregue diretamente a sociedade, através do melhor aproveitamento do orçamento público, gerando desenvolvimento com eficiência e legalidade.

2.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

2.1.1 Objetivo geral:

O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Gestão de Compras Públicas” tem como objetivo geral, dar continuidade à formação de profissionais e acadêmicos que hoje atuam frente às compras públicas nos órgãos federais, estaduais e municipais, trazendo um conceito de atuação a estes profissionais envolvidos no setor, através de um referencial teórico sólido, juntamente com uma metodologia de ensino que envolvem ações e experiências que realmente entregam resultados positivos e cabíveis.

2.1.2 Objetivos específicos:

Fomentar a importância do setor de compras públicas acerca de seu impacto na gestão pública;

Buscar a reflexão sobre os efeitos das aquisições de obras, produtos e serviços;

Trazer o melhoramento da qualidade dos serviços públicos, tornando assim a administração pública mais confiável e efetiva perante a sociedade;

Especialização de profissionais do setor para que contribuam no desenvolvimento social e econômico do país;

Capacitar e qualificar alunos nas respectivas áreas de atuação;

Aperfeiçoamento das ações voltadas para a gestão das compras públicas.

2.2 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Pós-Graduação em Gestão de Compras Públicas, forma especialistas que tragam para o setor de compras governamentais eficiência. As habilidades adquiridas durante o curso podem ser desdobradas em ações como, ajustes das aquisições, programação e estratégias de aquisições, certames licitatórios, termos de referência, editais de publicação, adotar procedimentos voltados a eficiência nas compras públicas e se tornar um agente público de licitação.

Ao finalizar o Curso de Pós Graduação em Gestão de Compras Públicas, o aluno se tornará um especialista na “Gestão das Aquisições e Contratações de Bens ou Serviços” que envolvem o poder público, tendo como base os procedimentos legais que viabilizam tal adjudicação.

As compras públicas devem seguir princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, portanto hoje as compras públicas figuram entre um dos principais institutos da administração pública, buscando sempre a contratação mais vantajosa e o benefício para a sociedade.

| | |
|-------------------------------|--|
| PERÍODO DAS INSCRIÇÕES | À partir de 28 de março de 2023 |
| LOCAL | Inscrição realizada inteiramente via internet |
| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS | Diploma ou Certificado de conclusão de curso de graduação devidamente reconhecida pelo MEC. |
| PERÍODO DE SELEÇÃO | À partir de abril de 2023 |
| CRITÉRIOS DA SELEÇÃO | <ul style="list-style-type: none">. Ficha de inscrição devidamente preenchida. Cópia do RG e CPF. Histórico Escolar. Diploma de Graduação ou Certificado de conclusão de Curso <p>A matrícula será possível após o cumprimento do envio de documentos acima, o pagamento da taxa de inscrição e a análise do currículo.</p> |
| INÍCIO DAS AULAS | 14 de Agosto de 2023 |

3. DISCIPLINAS E ESTRUTURA CURRICULAR

O curso se estrutura através de seis módulos, distribuídos em aulas teóricas, onde os alunos irão desenvolver atividades referentes às disciplinas de cada módulo, os quais terão avaliação ao fim de cada módulo.

Na etapa de conclusão do curso será requisitado um trabalho individual, no formato de artigo, sem a necessidade de defesa perante banca avaliadora, com uma temática pertinente ao conteúdo aplicado durante a pós-graduação

Os seis módulos trabalhados durante o curso serão:

Módulo 1 - EAD (Ensino a Distância) e Metodologia de Estudo e Seminário de Pesquisa

Módulo 2 - Regras Gerais de Direito Administrativo Princípios e Normas das Compras Públicas

Módulo 3 - Princípios e Normas das Compras Públicas

Módulo 4 - Licitações Públicas

Módulo 5 - Gestão de Riscos, Compliance e Governança nas Licitações

Módulo 6 - Contratação de Obras e Serviços

3.1 ORIENTAÇÃO DE TCC

Após o cumprimento das disciplinas do curso de especialização, os discentes deverão desenvolver individualmente um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob orientação de um docente ou tutor do curso de especialização, definidos pela coordenação do curso, no qual terão que obter aprovação para fazer jus ao certificado de conclusão do curso.

O TCC consistirá da elaboração de um artigo técnico, redigido em língua portuguesa, respeitando as normativas vigente no manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos da UEPG, 4 edição de 2019 ou versão atualizada e focalizando em tema ligado aos conteúdos do curso e em consonância com os objetivos do mesmo.

O prazo para entrega do TCC será de até 60 dias após a conclusão das disciplinas, sem a necessidade de defesa perante banca avaliadora, com temas abordados no decorrer do curso.

A Banca Examinadora será composta por 03 (três) membros, e sua presidência poderá ser exercida pelo docente orientador do TCC ou pelo coordenador pedagógico do curso. O número máximo de orientandos por orientador será de 10 (dez) alunos. As bancas examinadoras serão compostas pelos professores indicados no Projeto Pedagógico ou pelo coordenador pedagógico do curso.

Os membros da Banca Examinadora avaliarão o TCC considerando conteúdo, forma e redação, com o resultado expresso em nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Caso o conceito do TCC seja insuficiente (nota entre 5,0 (cinco) e 6,9 (seis vírgula nove), o discente terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da nota, para corrigir o trabalho e entregar em sua versão definitiva. A entrega da versão definitiva deverá ser acompanhada de documento com anuência do orientador com relação às modificações e/ou correções realizadas.

3.2 PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Módulo 1 – EAD (Ensino a Distância) e Metodologia de Estudo e Seminário de Pesquisa

Disciplina: Introdução à EAD (Educação a Distância).

Ementa: Concepções de educação a distância. Evolução histórica. O aluno de EaD. Tutoria em EaD. Metodologia da EaD. Avaliação na EaD. Perspectivas atuais de educação a distância: mídias interativas e plataformas virtuais de aprendizagem.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

ANDRADE. Everaldo Moreira de. A comunicação e as tecnologias na educação a distância: ferramentas que contribuem nos processos comunicacionais da EAD. Anais do Congresso Internacional comunicação e consumo – COMUNICON 2015.

Disponível em: <http://anaiscomunicon2015.espm.br/GTs/GT8/1GT8EveraldoAndrade.pdf>
BRASIL. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília, 2007.

CORRÊA, Juliane (org.). Educação a Distância: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Letícia Palhares. Avaliação no ensino a distância: possibilidades e desafios. Simpósio Internacional de Educação a Distância/Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. São Carlos: 10 a 12 de setembro de 2012. p. 1-6.

Disponível em: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/205-868-2-ED.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS JUNIOR, Roberto José (et. al.) Metodologia em EaD. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. 148p.

MILL, Daniel; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (orgs.). Educação a distância, qualidade e convergências: sujeitos, conhecimentos, práticas e tecnologias. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

SILVA, Andreza Regina Lopes da (et. al.) Modelos utilizados pela Educação a Distância: Uma síntese centrada nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. Rev. GUAL., Florianópolis, v. 4, n. 3, p.153-169, set/dez. 2011.

Disciplina: Metodologia de Estudo e Pesquisa.

Ementa: Pressupostos da Pesquisa. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Tipos de Pesquisa. Projeto de Pesquisa. Estrutura e Organização do Trabalho Científico. Fundamentos da EaD; Organização de Sistemas de EaD; Técnicas de estudo; Orientação para a leitura, análise e interpretação de texto.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a Questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 1997.

MORAES, M.; VIEIRA, E. M. F. Técnicas de estudo. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2012.

Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/200768229.pdf>>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2014. Cap.3.

SOUZA, M. A. Metodologia da pesquisa em educação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

Disciplina: Seminário de Pesquisa – Trabalho de Conclusão de Curso.

Ementa: Produção, escrita e ética em Trabalhos Científicos. Técnicas de organização de trabalho científico e análise de dados. Normalização do texto monográfico.

Bibliografia:

APA. Manual de publicação da APA. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BASTOS, L. R. et al. Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

BROOKS, R.; TE RIELE, K.; MAGUIRE, M. Ética e pesquisa em Educação. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

ESTEBAN, M. P. S. O rigor científico na pesquisa qualitativa. In: ESTEBAN, M. P. S. (org.). Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre, AMGH, 2010. p. 192-209.

FERREIRA, G. Redação Científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Biblioteca Central Prof. Faris Michaelle. Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos. 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2019.

Módulo 2 – Regras Gerais de Direito Administrativo Princípios e Normas das Compras Públicas

Disciplina: Introdução ao Direito Administrativo

Ementa: Situação do direito Administrativo dentro do Direito Objetivo. Conceito de Direito Administrativo. Autonomia, objeto e princípios próprios do Direito Administrativo. Relações com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Administrativo.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

Disciplina: Regime Jurídico Administrativo

Ementa: Funções do Estado. Administração Pública – entidades políticas e administrativas. Administração pública direta e indireta. Administração Direta. Estruturação das entidades e órgãos públicos. Classificação dos órgãos públicos. Administração Pública indireta: Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entes de Cooperação com o Poder Público. Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sistema S.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

Módulo 3 – Princípios e Normas das Compras Públicas

Disciplina: Fundamentos Constitucionais das Compras Públicas

Ementa: Conceito de compras públicas. Contexto histórico. O processo de compras como “norma geral”. Normas constitucionais sobre licitação pública.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos de Direito Administrativo. 3. ed. São Paulo: Malheiros.

_____. Curso de Direito Administrativo. 12. ed. São Paulo: Malheiros.

BORGES, Alice Gonzalez. Normas gerais no estatuto de licitações e contratos administrativos. São Paulo: RT.

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos jurídicos da licitação. 3. ed. São Paulo: Saraiva.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 19. ed. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9. ed. São Paulo: Dialética.

MORAES, Alexandre de. Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional. Revista dos Tribunais. São Paulo: IBDC, ano 6, n. 24, p. 85 e ss., jul.-set. de 1998.

Disciplina: Atos Administrativos

Ementa: Conceitos de atos e fatos administrativos. Requisitos dos atos administrativos. Atributos. Classificação dos atos administrativos. Espécies de Atos Administrativos. Eficácia do ato administrativo. Motivação dos atos administrativos: teoria dos motivos determinantes. Extinção dos atos administrativos. Prescrição do ato administrativo.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

Disciplina: Introdução ao Novo Marco Normativo de Licitações e Contratos

Ementa: Histórico do processo legislativo. Estrutura geral. Vigência e Regime de transição. vigência e aplicabilidade da Lei. Princípios que regem as licitações. Fases do processo licitatório. Modalidades de licitação. Instrumentos auxiliares da licitação e hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação. Princípios Jurídicos Previstos na Nova Lei de Licitações. Contratos Administrativos. Âmbito de Aplicação. Objetivos da licitação.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BORDALO, Rodrigo. Direito administrativo. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NOHARA, Irene. "Diálogo competitivo". Acesso em: <<https://direitoadm.com.br/dialogo-competitivo/>>.

BORDALO, R. Nova Lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

Módulo 4 – Licitações Públicas

Disciplina: Leis e Regulamentos do processo de licitação

Ementa: Principais aspectos da legislação aplicada ao processo licitatório. Competência para legislar sobre licitações. Normas gerais e normas específicas em matéria de licitação. Limites da atuação dos entes federados. Competência regulamentadora na Lei 14.133/2021. Análise sobre as matérias a serem regulamentadas na nova Lei de Licitações.

Bibliografia:

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

Disciplina: Procedimentos Licitatórios

Ementa: Fase preparatória. Edital. Apresentação de propostas. Julgamento. Habilitação. Recursos e Impugnações no Processo Licitatório.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BORDALO, Rodrigo. Direito administrativo. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NOHARA, Irene. “Diálogo competitivo”. Acesso em: <<https://direitoadm.com.br/dialogo-competitivo/>>.

BORDALO, R. Nova Lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

Módulo 5 – Gestão de Riscos, Compliance e Governança nas Licitações

Disciplina: Pilares Gerenciais de Planejamento e Execução das Compras Públicas

Ementa: Evolução das compras públicas no Brasil. Governança e Gestão. Políticas Públicas. Normas gerais de contratação e normas especiais. Licitação: Conceito. Princípios. Objetivos. Processo de contratação. Artefatos do Planejamento: Plano de Contratações Anual. Documento de Origem da Demanda. Estudo Técnico Preliminar. Gestão de Riscos. Termo de Referência, Projeto Básico, Projeto Executivo e Anteprojeto. Edital e anexos.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

ACHE, Andrea; FENILI, Renato. A lei de licitações e contratos: visão sistêmica: das licitações planejamento e seleção do fornecedor: arts. 1-71. 1. Ed. Guarulhos, SP: Format Comunicação Gráfica e Editora, 2022.

(Coords.). Gestão e governança pública para resultados: Uma visão prática. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

BRITO, Isabella. Governança em Contratações Públicas: a transformação passa pelos meios. Portal L&C. Disponível em: http://www.licitacaocontrato.com.br/assets/artigos/artigo_download_62.pdf.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Coord.). Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133/21. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de; TAMARÃO, Tatiana (Coords.). Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 12. ed. rev., ampl e atual. São Paulo: Ed. Juspodivm, 2021.

Disciplina: : Governança e Gestão das Compras Públicas

Ementa: Modelos de Administração Pública: Patrimonial, Burocrático e Gerencial. Teoria da Agência. Conceito de Governança Pública. Relação entre Governança e Gestão Pública. O emblemático Acórdão TCU n. 2.622/2015 – Plenário. Nova Lei de Licitações e Contratos. Princípio do Planejamento. Obrigatória implementação da Governança das Contratações. Distinção das acepções de Controle Interno. Funções da Governança das Contratações. Indicadores de Desempenho. Diretrizes da Governança e da Gestão das Contratações Públicas. Instrumentos da Governança das Contratações: Plano Anual de Contratações, Plano de Logística Sustentável, Plano de Tratamento de Riscos do Macroprocesso de Contratação, Gestão por Competências e Programa de Integridade.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; SOUZA, Daniel Luiz de; LAPA, Leonard Renne Guimarães. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 271 p. ISBN 978-85-450-0208-6.

FENILLI, Renato. Governança em Aquisições Públicas: teoria e prática à luz da Realidade Sociológica. 1ª edição. Imprensa: Niterói, RJ, Impetus, 2018.

Módulo 6 – Contratação de Obras e Serviços

Disciplina: Gestão dos Contratos Administrativos

Ementa: Contratos administrativos. Regime jurídico aplicável . Diferença com o regime jurídico de direito privado. Contratos com a administração pública . Prerrogativas e o consensualismo. A nova lei de licitações e a gestão do contrato. A relevância da gestão de pessoas na gestão de contratos. Designação, competência e capacidade. Peculiaridades entre gestão e fiscalização. Colaboração versus cooptação de interesses. Atribuições e regulamentação.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

PERCIO, Gabriela Verona. Contratos administrativos - manual para gestores e fiscais de contratos. Curitiba : Juruá, 2020.

REIS, Luciano elias. Licitações e contratos: um guia da jurisprudência . 3. Ed. São Paulo : Conlicitação, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

Disciplina: : Contratação de Obras e Serviços de Engenharia

Ementa: Licitação de obras e serviços de engenharia. Diferença entre obras e serviços de engenharia. Procedimento para licitação. Tipos de licitação. Modalidades comuns para obras, compras e serviços. Contratação direta. Sistema de registro de preços para obras e serviços de engenharia. Pregão para obras públicas e serviços de engenharia. Normas aplicáveis às licitações de obras públicas. Conteúdo e elaboração de edital de obras públicas.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

BONATTO, Hamilton. Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia. Belo Horizonte: Fórum. 2010.

Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas/Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009. Editoração e Publicações, 2010.

FARIAS, Paulo Piovesan de. Licitações e Obras Públicas. Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar – CREA/PR. www.crea-pr.org.br

SANTOS, José Anacleto Abduch dos. O sistema de registro de preços para contratação de serviços e obras. ILC – Informativo de Licitações e Contratos.

BRAÜNERT, Rolf Dieter Oskar Friedrich. Como licitar obras e serviços de engenharia. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

ALTOUNIAN, Cláudio Saran. Obras públicas: licitação, contratação, fiscalização e utilização. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

Disciplina: : Fiscalização e Gestão de Contratos

Ementa: Princípios e diretrizes. Gestão contratual. Fiscalização contratual. Recebimento de obras e serviços. Supervisão e gerenciamento.

Bibliografia: 30 horas

ALVES, L. S. Gestão e fiscalização de contratos públicos. Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília, n. 102, p. 60-69, out/dez. 2004.

BARRAL, Daniel de Andrade Oliveira. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. Caderno ENAP, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 4, p. 5-30, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

CLAD (1998). Uma nova Gestão Pública para a América Latina. Caracas: CLAD – Centro Latino americano de Administração para o desenvolvimento, 1998.

COSTA, Frederico Lustosa. Reforma do Estado e contexto brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COSTAMARQUES, M.C.C; CONDE, M.F. Teoria da sinalização e da agência.

CROC – Revisores & Empresas, jul/set 2000.

Disciplina: : Gerenciamento de Riscos e Controles Internos nas Contratações Públicas

Ementa: Introdução e Teoria, Controle Interno da Gestão Pública. Controle Externo da Gestão Pública. Novos Desafios do Controle.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BORDALO, Rodrigo. Direito administrativo. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. NOHARA, Irene. "Diálogo competitivo". Acesso em: <<https://direitoadm.com.br/dialogo-competitivo/>>.

BORDALO, R. Nova Lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

Disciplina: : Gerenciamento de Riscos e Controles Internos nas Contratações Públicas

Ementa: Evolução Normativa da Gestão de Riscos nas Contratações Públicas. Conceito de risco, etapas do Processo de Gestão de Riscos. Identificação, avaliação, análise e matriz de Riscos: probabilidade e impacto. Resposta, tratamento, tratamento dos riscos, ações de preventivas, ações de contingência e mapa de riscos. O Controle interno na nova lei de licitações e contratos. Atividades de controle na lei 14.133/2021. Controle preventivo e controle contingencial. Binômio risco x controle. Papel de apoio e auxílio aos agentes públicos. Limites de atuação do Controle interno e Assessoria Jurídica. Momento de exame dos processos e atuação preventiva pelo Controle interno. Cooperação com o Controle externo. Regulamentação das atividades, autonomia e estrutura das unidades de controle interno. Custo do controle.

Carga Horária: 30 horas

Bibliografia:

PAULA, Marco Aurélio Borges de.. Compliance, Gestão de Riscos e Combate à Corrupção: Integridade para o Desenvolvimento. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum., 2020.

MIRANDA, Rodrigo Fontenelle de A.. Implementando a gestão de riscos no setor público. 1.ed. Belo Horizonte: Fórum., 2019.

3.3 METODOLOGIA

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que possibilita aos alunos e professores, dispersos geograficamente, a participação e interação, mediante um objetivo em comum.

O modelo de educação a distância proposto pelo Instituto Habita para a Especialização Gestão de Compras Públicas utiliza a Internet. As disciplinas EaD estão formatadas para oferta totalmente a distância, em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no portal do NUTEAD, na plataforma Moodle, cujo acesso necessita somente de um computador com Internet e o programa Windows, Média Player Classic ou Mac, VLC, atualizados, para assistir às videoaulas.

Cada disciplina EaD do Curso será ofertada sequencialmente através das videoaulas previamente gravadas com apoio de material bibliográfico.

O conteúdo programático das disciplinas será organizado em Unidades de Aprendizagem contendo atividades como videoaulas, leitura de textos complementares, resolução de questionários para autoavaliação e participação em fóruns de dúvidas e Webinars.

O conteúdo programático de cada disciplina está organizado em Unidades de Aprendizagem que reúnem um conjunto de temas e atividades a serem trabalhados em um intervalo de tempo definido, tendo em vista uma agenda de estudos de dez horas semanais, dentro da possibilidade de cada cursista.

4. CORPO DOCENTE

O Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação é constituído necessariamente por Doutores, Mestres, Especialistas e profissionais de reconhecido saber na área de Licitações e Contratos, Gestão de Compras Públicas, Governança e Atos Administrativos, com atribuições específicas, e assim denominados: professores e professor tutor on-line, com atribuições previamente definidas.



LUCIANO REIS

Advogado; Sócio do escritório Reis, Corrêa e Lippmann Advogados Associados; Mestre em Direito Econômico pela PUCPR. Especialista em Processo Civil e em Direito Administrativo, ambos pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar; Presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná; Professor de Direito Administrativo da UNICURITIBA; Professor convidado de diversas Instituições de Ensino em cursos de Pós-Graduação;



MARCUS ALCANTARA

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Pós-graduado em Perícia Contábil pela Fundação Visconde de Cairu, Salvador/BA. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Negócios de Sergipe – FANESE. Pós-graduado em Licitações e Contratos pela Faculdade Amadeus – FAMA/SE. Instrutor dos cursos de Gestão e Fiscalização de Contratos, Termo de Referência, Análise de Mercado e Metodologia da Pesquisa de Preços, Elaboração de editais, Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta, Capacitação de Pregoeiros, Estatuto Nacional das ME e EPP e Licitações e Contratos do Grupo Negócios Públicos/PR.



LINDINEIDE CARDOSO

Especialista em Licitações e Contratos. Especialista em Direito Processual Civil com habilitação para o ensino superior. Larga experiência em Direito Público e Administrativo. Servidora Pública há mais de 20 anos. Atuou como Técnica em Desenvolvimento Regional em Empresa Pública Federal (2000 a 2005). Servidora Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), atualmente cedida para o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas onde atuou como Chefe da Seção de Gestão de Contratos.



PAULO ALVES

Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Science in Legal Studies) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF.



CHRISTIANE STROPPA

Advogada especialista em Licitações e Contratos Administrativos Professora Doutora e Mestre de Direito Administrativo na PUC/SP Assessora Especial (Jurídica) na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo Ex-Procuradora na Universidade de São Paulo



RONNY CHARLES

Advogado da União. Ex-Coordenador Geral de Direito Administrativo do Ministério da Previdência Social. Professor universitário. Mestre em Direito Econômico. Pós-graduado em Direito tributário. Pós-graduado em Ciências Jurídicas. Autor do livro “Leis de licitações públicas comentadas” (3ª edição. Ed. Jus Podivm). Autor do livro “Licitações públicas: Lei nº 8.666/93”. Autor de diversos artigos publicados nas áreas de Direito Administrativo e Direito econômico.

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação da aprendizagem previsto para o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão de Compras Públicas possibilitará a autoavaliação nas disciplinas EaD. Após assistir as videoaulas, ler os textos indicados e tirar as dúvidas com o tutor, ao final de cada unidade o cursista será orientado a realizar as atividades avaliativas que se constituirá em questionários para resolução com respostas automáticas e/ou tarefas enviadas diretamente ao tutor.

A resolução dos questionários será avaliada automaticamente pelo sistema, promovendo a autoavaliação do aluno que receberá feedback para seguir ou rever os estudos, conforme o caso. Para as tarefas enviadas ao tutor, o aluno receberá o feedback individual.

Concluídas todas as atividades das unidades e não alcançada a média para aprovação na disciplina, o aluno terá a possibilidade de fazer um exame, que se constituirá em atividade avaliativa única informada ao aluno por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Ao final será realizado o Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo que será avaliado pelos Coordenadores de Curso.

| | |
|--|--|
| AVALIAÇÃO DOS CURSISTAS | O aluno deverá ter 75% de aproveitamento nas aulas previstas, com nota mínima de 7,0 nas avaliações ao final de cada módulo, apresentar Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo, sem a necessidade de defesa perante banca avaliadora, com temas abordados no decorrer do curso. O Trabalho deverá ser entregue em até 60 dias após a última aula do curso, em versão digital (envio por email). O certificado de conclusão de curso será expedido pela PROPESP |
| AVALIAÇÃO QUALI-QUANTITATIVA DO CURSO PELOS CURSISTAS | Tabular as informações coletadas das avaliações aplicadas aos cursistas, seguindo modelo fornecido pela PROPESP, sem a necessidade de enviar as avaliações individuais de cada aluno. |

6. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO POR DISCIPLINA

Metodologia e Recursos: aulas expositivas dialogadas, com discussão e reflexão crítica sobre os temas propostos; Web Conferências; Materiais de apoio como Textos, Artigos, Apostilas e Bibliografia indicada.

Procedimentos de Avaliação: O aluno deverá ter 75% de aproveitamento nas atividades previstas em cada disciplina, com nota mínima de 7,0. Concluídas todas as atividades das unidades e não alcançada a média para aprovação na disciplina, o aluno terá a possibilidade de fazer um exame, que se constituirá em atividade avaliativa única informada ao aluno por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Ao final do curso, entregar o Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de artigo, com temas abordados no decorrer do curso.

Critérios de Avaliação: Demonstração de apreensão de conteúdos apresentados.

**PÓS
NP
ONLINE**

GESTÃO DE
**COMPRAS
PÚBLICAS**



**ELEVE O
NÍVEL DA SUA
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL!**

Mais informações:

Tel.: (41) 3024-2848

Site: www.negociospublicos.com.br/posonline

 **NEGÓCIOS
PÚBLICOS**

UEPG | Universidade
Estadual de
Paraná